

UMA REVISÃO DA LITERATURA PARA A INCLUSÃO DOS SURDOS: O ENSINO DE LIBRAS E A INCLUSÃO ESCOLAR SOB O OLHAR DA PRODUÇÃO ACADÊMICA

Francisca Gracilene de Souza¹
Juliana Iraci Gomes da Rocha Santos²

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar a inclusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na educação básica e seus desafios; identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores no ensino da Libras; verificar o que foi produzido sobre a Libras na inclusão escolar entre os anos de 2018 e 2023. Para tal, fundamenta-se metodologicamente no procedimento de “pesquisa bibliográfica”, apresentado por Lakatos e Marconi (2003). A pesquisa foi realizada na base de dados “Periódicos CAPES”, utilizando as palavras-chave “libras” AND “inclusão escolar”, entre aspas para obter o resultado exato, com recorte temporal de artigos produzidos nos últimos 5 anos, para mapear o estado da arte. E baseia-se teoricamente, na “caracterização da Libras” feita por Gesser (2009), nos “aspectos históricos da educação de surdos no Brasil”, estruturados por Ribeiro (2019), e nas reflexões de Lima (2018) sobre as “dificuldades enfrentadas pelos professores e alunos no ensino da Libras”. O que a pesquisa demonstra é que dos 28 artigos encontrados, 5 grandes temas se destacam, sendo eles: Ensino de Libras; Inclusão Escolar; Intérprete de Libras; Políticas Públicas; e Professores. Todavia, concluímos que existe uma carência de estudos recentes sobre políticas públicas dedicadas à inclusão escolar, pois, dos 28 artigos verificados, apenas 3 tratam desse tema, sendo um pensado a partir da realidade do estado do Amazonas, outro do estado do Paraná, e o último, direcionado ao estado do Piauí.

6180

Palavras-chave: Educação de Surdos. Inclusão Escolar. Libras. Políticas Públicas. Professores.

ABSTRACT: The present work aims to analyze the inclusion of the Brazilian Sign Language (Libras) in basic education as well as its challenges; identify the main difficulties faced by teachers when teaching Libras; and verify what was produced about Libras in school inclusion between the years 2018 and 2023. To this end, it is methodologically based on the “bibliographic research” procedure, presented by Lakatos and Marconi (2003). The research was carried out in the “CAPES Periodic” database, using the keywords “pounds” AND “school inclusion”, in quotation marks to obtain the exact result, with a time frame of articles produced in the last 5 years, to map the state of art. And it is theoretically based on the “characterization of Libras” made by Gesser (2009), on the “historical aspects of deaf education in Brazil”, structured by Ribeiro (2019), and on the reflections of Lima (2018) on the “difficulties faced by teachers and students when teaching Libras”. What the research demonstrates is that of the 28 articles found, 5 major themes stand out, namely: Teaching Libras; School inclusion; Libras interpreter; Public policy; and Teachers. However, we concluded that there is a lack of recent studies on public policies dedicated to school inclusion, as, of the 28 articles verified, only 3 deal with this topic, one being based on the reality of the state of Amazonas, another from the state of Paraná, and the last, directed to the state of Piauí.

Keywords: Deaf Education. School Inclusion. Libras. Public Policies. Teachers.

¹Licenciatura Plena em Letras, Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC).

²Licenciatura Plena em Pedagogia; Pós-graduação - Atendimento Educacional Especializado-AEE; Mestranda em Educação, ISES - Instituto Superior de Educação do Sagueiro.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é um princípio fundamental que busca proporcionar igualdade de oportunidades educacionais para todos os estudantes, independentemente de suas diferenças ou necessidades especiais. No contexto da inclusão, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) emerge como uma ferramenta crucial para promover a participação ativa e a aprendizagem significativa de alunos Surdos.

Assim, esta pesquisa justifica-se, socialmente, com base na Lei nº 13.146/2015, intitulada “Lei Brasileira de Inclusão”. No seu artigo nº 27, a Lei destaca a necessidade de um “sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades” (BRASIL, 2015). E no art. 28, inciso XI, ressalta que o poder público deve assegurar a disponibilização de professores, tradutores e intérpretes da Libras para o atendimento educacional.

E justifica-se também na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta a “utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo” (BRASIL, 2018, p. 65). Além disso, academicamente, justifica-se efetivar uma pesquisa bibliográfica, pois esta permite realizar uma curadoria daquilo que foi produzido nos últimos 5 anos (2018-2023) sobre o tema, sendo assim um material importante para novos pesquisadores atualizarem-se quanto ao estado da arte.

Portanto, o presente trabalho parte dos questionamentos: quais são os desafios enfrentados pelos professores e alunos na inclusão do ensino de Libras? E, de que maneira o ensino de Libras contribui para o desenvolvimento dos alunos? Logo, tem como objetivo analisar a inclusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na educação básica e seus desafios; identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores no ensino da Libras; e verificar o que foi produzido sobre a Libras na inclusão escolar entre os anos de 2018 e 2023.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Caracterizando a Língua de Sinais no Brasil

A Constituição Federal de 1988 não tratou da pessoa Surda “e seu processo educativo especificamente (ou a demais indivíduos que necessitariam de um atendimento

especializado, de uma educação especial, independente da limitação que apresente: visual, mental etc.)” (RIBEIRO, 2019, p. 52). Ela apenas estabelece um ideal de “educação para todos”, sem diferenciar as necessidades de cada um. Foi somente em 1990, com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que se mencionou pela primeira vez a modalidade de educação especial.

O Art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) destaca o dever do Estado em garantir à criança e ao adolescente: “ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência” (BRASIL, 1990). No entanto, Ribeiro (2019) aponta que o reconhecimento legal da Libras no Brasil, como língua oficial da comunidade surda, aconteceu apenas em 2002, com a Lei 10.436.

Nesse sentido, de acordo com Gesser (2009), em 1960, o linguista americano William Stokoe iniciou os estudos descritivos das línguas de sinais e identificou três componentes básicos: configuração da mão (CM); ponto de articulação (PA) ou locação (L); e movimento (M). Na década seguinte, outros linguistas como Robbin Battison, Edward S. Klima e Ursulla Bellugi aprofundaram as pesquisas sobre a gramática da Língua de Sinais Americana (ASL) e descreveram um quarto componente: a orientação da palma da mão (O). A “orientação” pode alterar o significado ou a função de alguns sinais, como verbos, negativas e outros.

6182

Para além dos sinais, os usuários da língua de sinais também utilizam o alfabeto manual. Ele serve para soletrar nomes próprios, siglas e palavras que não têm sinal. Mas o soletramento não é um fim em si mesmo. Pois o alfabeto manual ajuda a criar novos sinais a partir do conceito das palavras. Porém, para usar o alfabeto manual, é preciso saber ler e escrever na língua oral da sua comunidade, pois

É importante ressaltar que o soletramento, tanto na sua forma receptiva (do ponto de vista de quem lê) quanto produtiva (do ponto de vista de quem realiza), supõe/implica letramento. O soletrante que não for alfabetizado (escrita/leitura) na língua oral de sua comunidade de fala, por exemplo, terá as mesmas dificuldades de um indivíduo iletrado para lançar mão deste uso (GESSER, 2009, p. 32).

Gesser (2009) também aponta que não existe uma Língua Brasileira de Sinais (Libras) única entre os Surdos. A língua pode mudar na pronúncia, nas palavras e nas sentenças, dependendo de fatores sociais como idade, gênero, raça, educação e localização. A língua de sinais também se transforma conforme é usada por diferentes pessoas, em

diferentes lugares e situações. Em outras palavras, alguns sinais utilizados em Pernambuco são distintos daqueles adotados, por exemplo, em São Paulo ou no Rio de Janeiro. Assim, ela ganha novos sinais, mistura-se com outras línguas, e renova-se.

2.2 Aspectos Históricos da Educação de Surdos no Brasil

Conforme Ribeiro (2019), a educação surda no Brasil data do período imperial e se estende até a república presidencialista. “Deduz-se que o Imperador D. Pedro II se interessou pela educação dos surdos devido ao seu genro, o Príncipe Luís Gastão de Orléans, (o Conde d’Eu), marido de sua segunda filha, a princesa Isabel, ser parcialmente surdo” (STROBEL, 2008, p. 89). No entanto, essa hipótese não é confirmada, mas sabe-se que Ernesto Huet foi o responsável pela criação da primeira escola para Surdos no Brasil.

Huet estudou no Instituto Nacional de Surdos de Paris, onde se formou professor e teve contato com a metodologia utilizada por L’Epee. Na França, Huet foi professor e diretor do Instituto de Surdos de Bourges e emigrou para o Brasil em 1855. Um dos principais motivos de sua vinda ao Brasil foi o intuito de fundar uma escola de surdos (CASTRO; CALIXTO, 2016, p. 193).

Segundo Ribeiro (2019), em 1857, foi criada a primeira instituição para Surdos no Brasil, por meio da Lei nº 839, assinada por D. Pedro II. Em vista disso, foi o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, no Rio de Janeiro que iniciou essa trajetória, instituição esta que, em 6 de julho de 1957, passaria a ser o atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). A escola “tinha como objetivo o ensino profissionalizante e a educação literária de crianças com idades entre 7 a 14 anos, em sua maioria meninos” (RIBEIRO, 2019, p. 46). A partir disso, eles aprendiam encadernação e douração, além de horticultura em um terreno anexo ao jardim do Instituto.

Ribeiro (2019) assinala que foi nessa escola que surgiu a Libras, a partir da mistura da Língua de Sinais Francesa (LSF), com os sinais usados pelos surdos de diferentes regiões do Brasil. Nesse ínterim, aconteceu o Congresso Internacional de Surdo-Mudez, em Milão, no ano de 1880. “Muitos educadores estavam presentes, em sua grande maioria ouvintes, totalizando 164 pessoas” (RIBEIRO, 2019, p. 47), e eles votaram pela adoção do método oralista e pela proibição da língua de sinais. Eles alegaram que os sinais prejudicavam a fala dos Surdos e que eles eram “preguiçosos” para falar. O Congresso foi organizado e patrocinado por defensores do oralismo puro, que outrora já tinham tentado impor esse método aos Surdos.

O Congresso foi um golpe para a comunidade surda, que sofreu com a repressão à

sua língua e cultura. Diante disso, o congresso é considerado para a comunidade Surda como o século do ‘holocausto’, “pois proibia os professores Surdos de dar instrução nas escolas de Surdos, o uso da língua de sinais dentro das escolas de Surdos e determinava o fechamento dos institutos em regime de internato” (CAMPELLO, 2009, p. 17). Assim, houve um declínio dos professores Surdos até a sua quase extinção, restando poucos professores Surdos no mundo.

Contudo, em 1994 uma Assembléia Geral foi organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para estabelecer padrões que garantam a equidade de oportunidades para pessoas com deficiências. O resultado foi a Declaração de Salamanca (1994, p. 6) que evidenciou que a “língua de signos como meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deveria ser reconhecida e provisão deveria ser feita no sentido de garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso a educação em sua língua nacional de signos”.

2.3 Dificuldades Enfrentadas pelos Professores e Alunos no Ensino da Libras

Alguns desafios são históricos na educação de Surdos, dentre eles estão: a falta de reconhecimento e valorização da Libras como “língua materna” dos Surdos no Brasil; a escassez de materiais didáticos e recursos pedagógicos adequados; a falta de formação e capacitação dos professores de Libras; e a falta de acessibilidade e inclusão dos alunos Surdos nas escolas regulares. Esses fatores dificultam o desenvolvimento linguístico e educacional dos surdos, bem como o respeito à sua identidade e cultura.

Assim, na formação inicial docente, a preocupação com práticas inclusivas está intrinsecamente ligada à qualidade do ensino geral ministrado nas Instituições de Ensino Superior (IES), dado que

[...] o número de disciplinas no campo da Educação Especial/Inclusiva e a sua carga horária são insuficientes para uma formação inicial na qual licenciandos saiam da Universidade sentindo-se mais seguros quanto ao trabalho com alunos do público-alvo da Educação Especial. Porém, esses conhecimentos podem sensibilizar os futuros docentes para desmistificar a ideia de que esses alunos não são capazes de aprender e de participar, ativamente, no processo escolar (SILVA, 2021, p. 61).

Nesse sentido, o estudante Surdo aprende melhor com uma metodologia específica, que reconheça e valorize as características dos Surdos, principalmente a língua de sinais, as ilustrações contextualizadas e os professores especializados. Isso porque a oralidade não é suficiente para o aprendizado do estudante Surdo. “Uma metodologia específica entende que o impedimento auditivo não afasta o estudante Surdo das possibilidades de conhecimento, mas demonstra que o ensino deve basear-se mais em experiências visuais do que em

experiências auditivas” (LIMA, 2018, p. 179).

Rezende (2020, p. 114) destaca que é importante que os professores “busquem formações constantes para estarem atualizados quanto às novas formas e teorias de ensino que a Linguística Aplicada oferece, pois a falta de formação pode continuar limitando professores a reproduzirem em suas aulas a mesma forma de ensino que lhes foi transmitida”. É preciso estudar as questões relativas às práticas pedagógicas e considerar o conhecimento produzido em outras áreas sociais, bem como, que o professor conheça a língua de sinais, de preferência, que seja fluente nela. Se o professor não tiver, é preciso ter um profissional tradutor/intérprete de Libras em sala de aula nas séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, acompanhando todas as aulas, para que o aluno Surdo possa se comunicar.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste artigo será a pesquisa bibliográfica qualitativa e descritiva (LAKATOS; MARCONI, 2003), que consiste em buscar informações em artigos científicos. Segundo as autoras, a pesquisa bibliográfica compreende 8 etapas: escolha do tema; elaboração do plano de trabalho; identificação; localização; compilação; fichamento; análise e interpretação; e redação. Nesse sentido, na fase de identificação, optamos por artigos indexados na Base de Dados Periódicos CAPES, uma vez que esta contempla diversas revistas e bases científicas.

6185

Para a localização, que ocorreu no dia 18 de agosto de 2023, utilizamos as palavras-chave “libras” AND “inclusão escolar”, entre aspas para obter o resultado exato, e definimos como recorte aqueles artigos produzidos nos últimos 5 anos (2018-2023), de modo a produzir uma curadoria de documentos recentes. Assim, 35 resultados foram encontrados. No entanto, 5 deles estavam repetidos na plataforma; 1 deles datava de 2014, logo, não se enquadra no recorte temporal da pesquisa; e outro constava apenas como resumo.

Portanto, foram mapeados um total de 28 artigos. A partir disso, compilamos os artigos em uma pasta da plataforma de armazenamento em nuvem, Google Drive, e realizamos a leitura por meio da técnica de fichamento de citações, para, assim, identificar as metodologias empregadas nas pesquisas, e os resultados apresentados nos artigos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Percebemos, a partir dos títulos dos artigos, 5 grandes temas: “Ensino de Libras”, com 4 artigos; “Inclusão Escolar”, com 3 artigos; “Intérprete de Libras”, com 3 artigos; “Políticas

Públicas”, com 3 artigos; e “Professores”, com 5 artigos. É importante ressaltar que, alguns assuntos também estão inclusos em outros temas. Existem dois artigos que tratam de “políticas públicas” e “intérpretes de libras” ao mesmo tempo, assim como, “políticas públicas” e “inclusão escolar”. Além disso, outros temas como “tecnologia” e “ensino de Português”, contemplaram apenas uma ocorrência, inclusive, indicando uma carência de textos recentes sobre estes assuntos em relação a Libras. Por este motivo, tais temas não foram abordados.

No tocante ao “Ensino de Libras”, Ana Daxenberger e Bruno da Silva (2018), em uma pesquisa realizada no município de Areia-PB, e caracterizada como pesquisa-ação, apontam que, ainda é necessário investir na formação docente e no ensino da Libras, levando em consideração, especialmente, a realidade de professores e estudantes do ensino fundamental II. Somado a isso, Maria Helena de Oliveira e Francisco Renato Lima (2019, p. 71), com o seu estudo de caso, afirmam que, “quanto mais cedo as crianças tiverem acesso a esse aprendizado, melhor será o seu desenvolvimento”.

Por outro lado, Juliani de Oliveira e Denise de Alcantara Ferraz (2021) realizaram um estudo de caso, e entrevistas com profissionais e familiares, com ênfase no ensino de ciências, e observaram que, apesar dos recursos visuais utilizados, há um desconhecimento da Libras que dificulta a comunicação entre professor e aluno, assim, sobrecarregando o intérprete de Libras.

Em vista disso, Franciele da Silva, Daniela Medeiros e Maria Schwengber (2023, p. 1) problematizam a educação de surdos, por meio de uma análise discursiva sobre produções audiovisuais que abordam a surdez e a Libras, e concluem que são fundamentais haverem “intervenções diversas (comunicação com os pares, com os professores, tradução simultânea, apoio de intérprete, entre outros) [...] e, a reivindicação de uma cultura de comunicação entre surdos e ouvintes em uma tentativa de modificar suas experiências escolares”.

Dentre os artigos referentes à “Inclusão Escolar”, Carine da Silva, Rosa Monteiro, Danielle da Silva e Daniele Henrique Silva (2018) entrevistaram os profissionais de uma escola inclusiva de ensino médio, da rede pública do Distrito Federal (DF), que compõem a diretoria, passando pela supervisão e coordenação, até os professores. Partindo de uma análise dos significados das palavras compartilhadas pelos entrevistados, concluíram que, de fato, há uma lacuna na formação dos professores em relação à educação para Surdos.

Outrossim, Evilázia de Sousa Silva e Aurelania Menezes (2020, p. 878) executaram

uma revisão bibliográfica cujo resultado reforça a existência dessa lacuna, destacando que “as instituições de ensino devem rever sua prática pedagógica, desenvolvendo mecanismos e [...] promovendo o pleno desenvolvimento das suas potencialidades no contexto educacional e para o favorecimento do processo ensino aprendizagem de seus educando”. Nesse sentido, Melissa Probst (2022), que também realizou uma pesquisa bibliográfica e documental, salienta que a inclusão escolar de alunos Surdos é resultado de um esforço conjunto de todos os atores educacionais.

Há que se pensar, de forma conjunta na concepção e adaptação do currículo, na flexibilização organizacional das aulas, bem como na distribuição de recursos pedagógicos que possam auxiliar tanto ao professor quanto aos alunos, de modo geral, no processo de aquisição/construção do conhecimento. Mas também é preciso conscientização a respeito da concepção de surdez como uma “diferença”, e não como uma deficiência (PROBST, 2022, p. 90).

Já no tema “Intérprete de Libras”, Marcela e Luana Arantes Ribeiro (2019, p. 16) valeram-se da História Oral, em uma escola pública do estado de Rondônia, para não só demonstrar a importância do intérprete nas escolas, como também alertar para a necessidade “de todo o corpo docente se envolver nas atividades extraclasse e desenvolver a discussão sobre a inclusão e diversidade associada aos conteúdos de suas disciplinas”. Neiva Albres e Mairla Costa (2021), por sua vez, executando uma pesquisa bibliométrica de artigos publicados entre 1990 e 2020, mapearam que os “temas que se destacam são: interpretação em sala de aula (53%); inclusão escolar e formação de intérprete educacional (ambos 18%)”.

6187

Por fim, Paulo César Gomes, Tiago de Moura e Eduarda Moura Alves (2020, p. 62), investigaram, por meio de entrevistas, o cumprimento do Decreto n. 5.626/2005 em duas cidades do interior paulista, e identificaram que “em apenas uma das cidades existe a aplicação da Lei supra. Nesta, há apenas três escolas de Ensino Fundamental II e Ensino Médio que efetivamente recebem alunos surdos”. Além disso, apontam que os intérpretes da região atuam apenas sob demanda, e que estes não consideram a sua prática como uma atividade de ensino.

No que se refere às “Políticas Públicas”, Wanúbya Campelo, Liliane de Oliveira e Sílvio Holanda (2020, p. 60) entrevistaram 5 docentes da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), para acompanhar as contribuições da implementação do curso de “Letras Libras na Universidade”, e perceberam que “os docentes ainda não têm amplo conhecimento da legislação da educação brasileira para alunos surdos”. Ademais, no estado do Paraná, Danilo da Silva e Sueli Fernandes (2018), analisando as políticas para oferta de Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais (TILS), por meio de um comparativo dos dados

da Secretaria da Educação do Paraná sobre as matrículas de pessoas Surdas e do Censo Demográfico de 2010, reconheceram que ainda há uma exclusão dos Surdos na faixa etária entre 10 e 24 anos.

E no Piauí, Ana Cristina Ferreira e Ana Valeria Lustosa (2020, p. 1315) investigaram a implementação de políticas de inclusão para alunos Surdos, por meio da aplicação de entrevistas e de um Questionário de Avaliação da Política de Inclusão Escolar. “Entre os resultados destacam-se a visão dos participantes de que a política vigente não atende às especificidades e particularidades do surdo, pois ainda que o acesso à escola seja facilitado, a permanência vem sendo inviabilizada por distintos fatores”.

Finalmente, no tema “Professores”, Leliane Aparecida Rocha (2018), refletindo sobre o currículo e a formação de professores, ressalta a necessidade de escolas preparadas para acolher a realidade dos Surdos. E Vanessa Souza e Maria Leite (2021, p. 21) investigam as concepções de professores do município de Guarabira-PB, sobre a inclusão de alunos Surdos. Para tal, aplicaram um questionário virtual, cujas respostas registram uma carência na compreensão da cultura surda, e do ensino bilíngue obrigatório, dado que “há uma centralização na figura do profissional intérprete, que acaba por se responsabilizar por toda a interação social dos alunos surdos com os professores”.

6188

No estudo de caso realizado por Relma Carneiro e Mayara Andrade (2018, p. 155), a partir de entrevistas com “professores comuns”, “especializados” e “interlocutores”, identificou-se problemas como: ausência de um intérprete de Libras, necessidade de formação específica para os “professores comuns”, “falta de recursos e espaços específicos para o desenvolvimento do AEE, inexistência de um trabalho colaborativo entre os professores, entre outros”. Isso corrobora com a pesquisa de Caroline Nunes Lopes (2019, p. 162), realizada com periódicos, que concluiu, a partir do conceito de representação social, que para a sociedade, a Libras “representa toda a luta dessa comunidade”.

Por fim, Débora de Carvalho, Ângela da Rocha e Sueli Valezi (2022, p. 640) buscaram refletir sobre a prática de professores surdos, que atuam em instituições do estado do Mato Grosso. Nesta pesquisa de natureza aplicada, propôs-se uma intervenção com videoaulas para os professores, e “foi possível aferir, por meio das respostas aos questionários aplicados após cada videoaula, a dificuldade que esses profissionais possuem para trabalhar com o modo escrito, acarretando, inclusive, na intervenção da pesquisadora, mediante contato direto com os docentes”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados encontrados, concluímos que existe uma carência de estudos recentes sobre políticas públicas dedicadas à inclusão escolar, pois, dos 28 artigos verificados, apenas 3 tratam desse tema, sendo um pensado a partir da realidade do estado do Amazonas, outro do estado do Paraná, e o último, direcionado ao estado do Piauí.

Além disso, os resultados demonstram que, apesar dos recursos visuais disponíveis, os professores ainda possuem um desconhecimento da Libras, e os cursos de formação de professores não têm a quantidade necessária de disciplinas para suprir essa lacuna. Outrossim, os desafios para a inclusão escolar com a Libras estão relacionados com o não atendimento das particularidades desse grupo, uma vez que faltam recursos para o pleno desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, e há uma centralização da figura do intérprete na comunicação entre professores e alunos, ainda que a sua prática não seja considerada/regulamentada como uma atividade de ensino.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino; COSTA, Mairla Pereira Pires. Indicadores Bibliométricos da Produção Acadêmica Internacional sobre o Intérprete Educacional de Línguas de Sinais. **Cadernos de Tradução**, v. 41, p. 68-106, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2021.e85299>. Acesso em: 20 out. 2023.

6189

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 5 nov. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Congresso Nacional, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Congresso Nacional, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 22 set. 2023.

CAMPELO, Wanubya do Nascimento Moraes; OLIVEIRA, Liliane Afonso de; HOLANDA, Sílvio Augusto de Oliveira. Políticas Públicas Voltadas para a Inclusão Escolar: Contribuições da Implementação do Curso de Letras Libras na UFRA. **Trama**, v. 16, n. 37, p. 60-70, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.48075/rt.v16i37.23680>. Acesso em: 21 set. 2023.

CAMPELLO, Ana Regina e Souza. **Deficiência auditiva e LIBRAS**. Indaial: Uniasselvi, 2009.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone; ANDRADE, Mayara Elois. Escolarização de estudantes surdos em escolas comuns: visão do professor comum, especializado e interlocutor. **Revista Científica do UBM**, p. 155-174, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.52397/rcubm.v20i39.954>. Acesso em: 21 out. 2023.

CARVALHO, Débora da Costa Ferreira de; ROCHA, Ângela Fátima da; VALEZI, Sueli Correia Lemes. Professores Surdos: uma Reflexão Sobre Educação Inclusiva. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 23, n. 4, p. 640-648, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.17921/2447-8733.2022v23n4p640-648>. Acesso em: 21 out. 2023.

CASTRO, Fernanda G. A. Soares de; CALIXTO, Hector Renan da Silveira. Aspectos históricos e legais sobre a educação de surdos no Brasil: do império à república velha. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 16, p. 192-196, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1471-3802.12281>. Acesso em: 11 set. 2023.

DAXENBERGER, Ana Cristina Silva; SILVA, Bruno Ferreira da. O ensino de Libras, em uma escola no município de Areia-PB, por meio de extensão universitária. **Revista Educação e Emancipação**, 11(2), 2018. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/9535>. Acesso em: 14 out. 2023.

Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Organização das Nações Unidas: Salamanca-Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2023.

FERREIRA, Ana Cristina Assunção Xavier; LUSTOSA, Ana Valeria Fortes Marques. A política de inclusão escolar para o aluno surdo na perspectiva do tradutor e intérprete de libras da rede estadual de ensino em Teresina-PI. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 36, n. 3, p. 1315-1335, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol36n32020.102366>. Acesso em: 21 out. 2023.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GOMES, Paulo César; MOURA, Tiago Fernando Alves de; ALVES, Eduarda Gabriela Moura. Inclusão Escolar do Aluno Surdo na Percepção do Intérprete de Língua Brasileira de Sinais em Salas de Ciências e Biologia. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 13, n. 2, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/resa2020.v13i2.a28251>. Acesso em: 20 out. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Francisco Renato; OLIVEIRA, Maria Helena de. A Criança em Processo de Aprendizagem da Libras: nas sutilezas do ato de inclusão escolar. **Cadernos Cajuína**, v. 4, n. 1, p. 71-83, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.52641/cadcaj.v4i1.251>. Acesso em: 14 out. 2023.

LIMA, Márcia Dias. **As políticas de acessibilidade dos livros didáticos em Libras**. 2018. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/24758>. Acesso em: 20 ago. 2023.

LOPES, Carolline Nunes. A Representação Social da Surdez por Educadores e o Reflexo na Inclusão Escolar do Aluno Surdo. **Revista Valore**, v. 4, p. 157-163, 2019. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/696>. Acesso em: 21 out. 2023.

OLIVEIRA, Juliani Flávia de; FERRAZ, Denise Pereira de Alcantara. Ensino de ciências ao aluno surdo: Um estudo de caso sobre a sala regular, o atendimento educacional especializado e o intérprete educacional. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.28976/1984-2686rbpec2021u255277>. Acesso em: 14 out. 2023.

PROBST, Melissa. Bilinguismo e Inclusão: Uma Reflexão sobre os Alunos Surdos na Rede Regular de Ensino. **Revista Ideação**, v. 24, n. 1, p. 80-93. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/27162>. Acesso em: 20 out. 2023.

REZENDE, Joseane Rosa Santos. **O uso de jogos na aprendizagem colaborativa de Libras como L2**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras (FL), Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11383>. Acesso em: 18 set. 2023.

RIBEIRO, Lucas Antônio. **A educação dos surdos no Brasil**: pesquisa histórica e constatações em um contexto específico. Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Letras – Português e Espanhol, pela Universidade Federal de São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12921>. Acesso em: 20 ago. 2023.

6191

RIBEIRO, Marcela Arantes; RIBEIRO, Luana Arantes. História de vida: o papel da intérprete na inclusão escolar. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 18, n. 215, p. 07-17, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/46204>. Acesso em: 20 out. 2023.

ROCHA, Leliane Aparecida Castro. Os Desafios da Formação do Professor para Educação de Surdos. **Educação & Linguagem**, v. 21, n. 2, p. 83-100, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15603/2176-1043/el.v21n2p83-100>. Acesso em: 21 out. 2023.

SILVA, Carine Mendes da; SILVA Danielle Sousa da; MONTEIRO, Rosa; SILVA, Daniele Nunes Henrique. Inclusão escolar: concepções dos profissionais da escola sobre o surdo e a surdez. **Psicologia: Ciência e profissão**, v. 38, p. 465-479, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-37030002652017>. Acesso em: 20 out. 2023.

SILVA, Danilo da; FERNANDES, Sueli de Fátima. Políticas de Acessibilidade Linguística e A Oferta de Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais (TILS) nas Escolas da Rede Estadual de Ensino da Região Metropolitana de Curitiba. **Trama**, v. 14, n. 33, p. 84-98, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.48075/rt.v14i33.i8977>. Acesso em: 21 out. 2023.

SILVA, Evilázia Matias de Sousa; MENEZES, Aurelania Maria de Carvalho. A Inclusão do Surdo e seus Desafios na Educação Infantil. **ID on line**, v. 14, n. 53, p. 878-889, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/idonline.v14i53.2922>. Acesso em: 20 out. 2023.

SILVA, Franciele Fernandes da; MEDEIROS, Daniela; SCHWENGBER, Maria Simone Vione. Subjetivações surdas: Discursos sobre a (in) existência da Libras no espaço escolar. **Revista Educação Especial**, v. 36, n. 1, p. e1/1-20, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/65929>. Acesso em: 14 out. 2023.

SILVA, Luzia Guacira dos Santos. Formação inicial e continuada em Educação Especial - da graduação à pós-graduação. In: **Educação inclusiva: conjuntura, síntese e perspectivas** / Débora Regina de Paula Nunes Flávia Roldan Viana, Katiene Symone de Brito Pessoa da Silva, Maria de Jesus Gonçalves, organizadoras. - Marília: ABPEE, 2021.

SOUZA, Vanessa Carvalho da Silva; LEITE, Maria Clerya Alvino. Concepção de docentes acerca da inclusão dos alunos surdos em uma escola regular de ensino no município de Guarabira, Paraíba. **Revista Principia**, n. 58, p. 21-35, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18265/1517-0306a2021id5391>. Acesso em: 21 out. 2023.

STROBEL, Karin Lilian. **Surdos: vestígios culturais não registrados na história**. Tese de Doutorado em Educação - UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91978>. Acesso em: 11 set. 2023.